

DISCURSOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL Do método ao ensino remoto

Alice Virgínia de Oliveira Pacheco¹

Resumo: Este ensaio é um resultado parcial do estudo desenvolvido no projeto de dissertação de mestrado da Universidade de Caxias do Sul (UCS), na Linha de Pesquisa Educação, Linguagem e Tecnologia aliada aos estudos complementares da disciplina de Processos Educacionais, Linguagem e Tecnologia. O texto versa sobre o percurso da alfabetização no Brasil até chegar no ensino remoto. A investigação teve como objetivo analisar os contextos legisladores no Brasil e materiais didáticos. Para a partir deles pensar a alfabetização na utilização dos métodos, no construtivismo e atualmente no ensino remoto.

Palavras-chaves: Alfabetização; Metodologia; Ensino remoto.

Introdução

Esta análise discorre sobre os discursos de alfabetização no Brasil a partir da década de 1890 até os dias atuais com a alfabetização no ensino remoto.

A partir disso o ensaio tem a seguinte questão problema: o que os discursos em alfabetização no Brasil nos deixaram como aprendizado para pensá-la no ensino remoto? Para responder essa questão buscou-se respostas na história da alfabetização no Brasil para compreender o presente. Fez-se leituras de cartilhas de alfabetização, das leis em educação que regem o país, e artigos que abordam esse assunto.

2 Discursos de alfabetização no Brasil: do método ao ensino remoto²

Sobre os métodos de alfabetização vamos começar por uma das cartilhas mais utilizadas no Brasil na década de 1880, a Cartilha Maternal João de Deus vinda de

¹Mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Professora da Educação básica dos municípios de Caxias do Sul e farroupilha. Contato: avopacheco@ucs.br

² A ordem dos tópicos nos trabalhos não requer rigidez exigida na tradição da metodologia científica, cuja sequência geral é “teoria, metodologia, resultados e discussão”. No entanto, precisam ser demonstrados.

Portugal (1996). Escrita pelo autor que dá nome a cartilha, João de Deus Nogueira Ramos. O método é dividido por lições, da primeira até a vigésima quinta. Na primeira lição eram apresentadas as vogais. A segunda lição demonstra como deveria ser o ensino das sílabas consideradas com o som mais simples, combinadas com as vogais formando novas palavras. E mais adiante, a partir da décima lição, apresentaria as vogais combinadas com as sílabas consideradas com o som mais complexo ampliando ainda mais o repertório de leitura e escrita. E na última lição surge o primeiro texto.

E para dar continuidade à análise nas cartilhas e no processo de alfabetização, analisou-se a partir da dissertação de mestrado de Morais (2016) a *Nova Cartilha*, de Mariano de Oliveira, editada no período da República Velha. Nessa cartilha iniciava-se a alfabetização pelo conhecimento das vogais, consoantes e depois partia-se para as “sentenças”, que eram repetidas exaustivamente e em certa medida eram relacionadas com as letras do alfabeto e as sílabas. Iniciava-se com sentenças mais curtas e de mais fácil leitura e articulação, e depois ampliava-se para sentenças maiores.

No ano de 1948, é distribuída a *Cartilha Caminho Suave*, escrita por Branca Alves de Lima (2019), paulista e professora alfabetizadora. Foi editada até o ano de 1991 na sua 104ª edição e foi “o maior sucesso editorial do país” (MORTATTI, 2000, p. 207), ficou no mercado editorial por mais de 40 anos. A cartilha segue um padrão estrutural da primeira até a última lição, da seguinte forma: gravura, palavra, frase, palavras com a letra trabalhada, família silábica da letra que está sendo estudada e exercícios de fixação com repetições das sílabas abordadas. As lições começam pelas sílabas simples, partem para as complexas, depois, nas últimas lições é apresentado o texto.

Na década de 1980 ocorreu segundo Mortatti, uma *revolução conceitual* no pensamento pedagógico. Com os estudos do biólogo Jean Piaget (biólogo suíço, desenvolveu a teoria da construção do conhecimento, interação do sujeito com o objeto) e Lev Vygotsky (psicólogo russo, acreditava que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorria em função das interações sociais e condições de vida). Esses estudiosos propuseram a partir de suas teorias um novo entendimento de como a criança aprende. Partiu-se para entender a lógica do pensamento da criança e de como ela aprendia, sendo o “conhecimento o resultado da própria atividade do sujeito”

(FERREIRO; TEBEROSKY, 1990 p. 31) e deixou de se colocar o método como o centro da discussão.

Os aspectos pedagógicos no Brasil na década de 90 contribuíram com as novas perspectivas para a alfabetização. Foi nessa década que foi escrita a última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 (BRASIL, 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) em 1997 (BRASIL, 1997). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional regulamentava o sistema educacional no Brasil e via a Educação como dever da família e do Estado para o exercício da cidadania.

Nesse mesmo período temos os estudos de Magda Soares sobre o letramento. E sobre isso a pesquisadora escreveu *“A palavra letramento não vem para substituir a palavra alfabetização, ou para deixar de alfabetizar para somente letrar”* (SOARES, 2001, p. 47). Surge da necessidade de nomear para além do estado de estar alfabetizado ou decodificar o código da língua escrita. Portanto, veio para dar significado às práticas sociais de linguagem, além de promover nas escolas o contato com textos onde se faça relações com o que se vive. Para poder, dessa forma, participar socialmente de práticas sociais e entender-se como cidadão. Para isso propõe que a criança deva conhecer a base alfabética por intermédio de textos de uso real para o aluno perceber-se atuante e influente na sociedade em que vive.

Esses movimentos teóricos da década de 1990 possibilitaram o entendimento de como o sujeito aprende, e não para se sobrepor ou descartar os métodos de alfabetização.

No ano de 2018 foi lançada a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018). Trata-se de um referencial que deve permear as práticas pedagógicas de educação no país em todas as áreas do conhecimento. Foi realizada uma análise da parte de Língua Portuguesa no ciclo de alfabetização, que compreende o 1º e o 2º ano do Ensino Fundamental, em que *“aprofundam-se as experiências com a língua oral e escrita já iniciadas na família e na Educação Infantil”* (BRASIL, 2018, p. 89). A criança é considerada alfabetizada quando na escrita consegue reproduzir adequadamente todos os fonemas de uma palavra, caracterizando a escrita convencional; além de dominar o valor das letras e sílabas. E na leitura, compreende o que lê e reconhece a finalidade do texto lido por ela. O que a BNCC propõe, independente da metodologia, é propor uma alfabetização

significativa por meio de práticas pedagógicas que estejam contextualizadas com as vivências sociais dos alunos, acreditando, dessa forma, que são parte atuante na construção de seu próprio conhecimento, sem definir para isso um método específico.

Diante das políticas e das leis que regem a educação no momento, a pesquisa analisou a Política Nacional de Alfabetização (PNA), lançada em 2019 que propõe, não de forma direta, mas induz ao uso do método fônico. A utilização de métodos na alfabetização não é um problema em si, pois o método se utiliza de várias estratégias pedagógicas que auxiliam a criança na assimilação das letras e dos sons, sendo pela repetição ou pelas rimas para a criança se alfabetizar e apropriar-se do sistema alfabético da leitura e escrita. Mas ficar só no método proposto pela Política Nacional de Alfabetização é limitado e sistemático. A PNA é uma política do governo atual e busca convencer as pessoas que estão lançando uma proposta inovadora com bases científicas, o que, segundo Mortatti, seria a *“atualização de um novo/velho discurso”* (MORTATTI, 2010, p. 334). E, por ser velho, não é bom ou ruim, apenas precisamos entender que ele sozinho não alfabetiza para o uso social da escrita. O método isolado aliena e doméstica, o método sozinho controla o que a criança deve ler e escrever.

As leis do país influenciam diretamente na educação. Por isso, não por acaso a última lei escrita para alfabetização no Brasil inicia com a palavra Política, a PNA. Sendo assim um esforço governamental em querer controlar professores e alunos a partir de um método. Mas no meio do caminho veio a pandemia da covid 19. E as professoras tiveram que criar novas estratégias para dar conta de alfabetizar as crianças.

E essa nova forma surgiu da necessidade de buscar novas estratégias de ensino. As quais não se enquadram em nenhuma das possibilidades pedagógicas descritas neste ensaio. O que se pode afirmar é que se abriu um novo capítulo na história da alfabetização do Brasil. E essa nova etapa não levou em conta as intenções políticas de controle que queria o governo atual. Pois foram os professores de suas casas que tiveram que pensar uma nova forma de alfabetizar que não estava escrita em nenhum material, nenhuma lei, em nenhuma proposta. As professoras tiveram que inventar novas formas de ensino na forma remota. Pois a pandemia não avisou que vinha. E nunca jamais imaginamos que passaríamos pelo que vivemos. Foram elas que apesar do descaso político criaram circunstâncias para a alfabetização no ensino remoto.

3 Metodologia

O método de pesquisa utilizado foi o teórico conceitual. Para a coleta de informações foram utilizados referenciais teóricos que se relacionam com o assunto, cartilhas de alfabetização e leis nacionais da educação.

4 Resultados e Discussão

Os resultados apontam que os métodos de alfabetização foram os precursores. Depois, na década de 1980 entram no país os estudos construtivistas que se consolidam como proposta metodológica a partir da década de 1990 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2018 temos a Base Nacional Comum Curricular e no ano de 2019 foi lançada pelo governo atual a Política Nacional de Alfabetização e novamente propõe a utilização do método. E agora em tempos de pandemia uma nova modalidade de ensino parece se instalar em nossas vidas, o remoto. E o ensaio procurou pensar sobre como ser uma professora alfabetizadora nessa modalidade.

5 Considerações Finais

Este ensaio fez uma breve passagem pelo tempo nos discursos de alfabetização no Brasil. E vimos como era o ensino da leitura e da escrita a partir dos métodos, depois nas propostas construtivistas, na psicogênese da língua escrita e no letramento. Analisamos também as últimas leis escritas no país como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA).

O caminho estava sendo trilhado por uma velha nova proposta na PNA e de repente o mundo e o país pararam com a covid 19 e os professores tiveram que alfabetizar as crianças de forma remota. Provavelmente essa aula remota não esteja no rigor do método mas também não está para o construtivismo ou letramento. Então, para onde está? Que nova forma é essa?

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/busca?q=Art.+3+da+Lei+de+Diretrizes+e+Bases++Lei+9394%2F96>>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1997. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília, DF, 2019.

DEUS, João. **Cartilha Maternal**. Lisboa: Jornal Expresso, 1996.

LIMA, Branca Alves de Lima. **Caminho suave alfabetização pela imagem**. 133. ed. São Paulo: Caminho suave edições, 2019.

MORAIS, Janaína Silva. **Grupo escolar Joaquim Nabuco**: história e práticas educativas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016. 77 e 114 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22262/1/JanainaSilvaDeMorais_DISSERT.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: INEP, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 329-341, maio./ago. 2010.

SOARES, Magda. **Letramento um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TEBEROSKI, Ana; CARDOSO, Beatriz. **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita**. 10. ed. São Paulo: Trajetória cultural, 1990.